DELIBERAÇÃO AC00 - G.RC - 1466/2015

PROCESSO TC/MS	: TC/4156/2014
PROTOCOLO	: 1495390
ÓRGÃO	: FUNDO DE APOIO AO ESPORTE DE CAMPO GRANDE
SUCESSOR	: JOSÉ EDUARDO AMÂNCIO DA MOTA
TIPO DE PROCESSO	: TERMO DE TRANSFERÊNCIA DE CARGO
RELATOR (A)	: CONS. RONALDO CHADID

I – EMENTA:

TRANSFERÊNCIA DE CARGO. REGULARIDADE. REMESSA INTEMPESTIVA DE DOCUMENTOS. APLICAÇÃO DE MULTA. APROVADO POR UNANIMIDADE.

1- É regular a transferência de cargo apresentada em conformidade a IN/TC/MS n. 35/2011.
2- A remessa dos documentos fora do prazo sujeita o jurisdicionado à multa prevista no art. 46 da LC 160/12 c/c art. 170, §1º, inciso I, alínea *a*, do Regimento Interno do TC/MS.

II – RELATÓRIO:

Trata-se do Termo de Transferência de Cargo de Diretora-Presidente do Fundo de Apoio ao Esporte de Campo Grande/MS, da Ordenadora de Despesa *Leila Cardoso Machado* (Sucedida) para *José Eduardo Amâncio da Mota* (Sucessor).

Através do ofício nº 399/DIAF/FUNESP, postado e recebido no setor de protocolo deste Tribunal de Contas na data de 30/04/2014, fora encaminhada, intempestivamente, a documentação que instrui o presente feito, conforme o item 3, alínea "a", do Capitulo IV, da Instrução Normativa nº 035/2011.

Em análise à prestação de contas em referência – ANC-5ICE-18312/2014 f. 15/17, elaborada com os demonstrativos exigidos na Instrução Normativa TC/MS nº 19416/2014, a equipe da 5ª Inspetoria de Controle Externo verificou a conformidade das execuções orçamentária, financeira e patrimonial com as disposições da legislação vigente, não detectando quaisquer diferenças

entre receitas e despesas; entradas e saídas; bem como passivos e ativos; respectivamente.

Remetidos os autos à manifestação do Ministério Público de Contas, o douto Procurador de Contas, Dr. *José Aêdo Camilo*, exarou parecer opinando pela legalidade do Termo de Transferências em apreço – PAR-MPC-GAB.3DR.JAC/SUBSTITUTO-5962/2015. f.18/19.

III- VOTO:

Relator: Conselheiro Ronaldo Chadid

Consoante às novas disposições regimentais, especialmente aquela prescrita no art. 16, inc. II, alínea g, da Resolução Normativa nº 076/2013, que atribui competência residual ao Órgão Colegiado Máximo dessa Corte; e considerando que os processos que tratam de transferência de cargo de gestor não estão compreendidos dentro das competências privativas do Presidente, das Câmaras ou do Juízo Singular, o julgamento deste feito caberá aos Conselheiros reunidos em Tribunal Pleno.

Passo as razões do voto.

Através da análise acurada dos documentos trazidos aos autos, e com o respaldo das informações extraídas da análise da equipe da 5ª Inspetoria de Controle Externo, as quais me dispensam de maiores considerações acerca da matéria em questão, pude observar que os atos e fatos relativos ao Termo de Transferência do Cargo De Diretora-Presidente do Fundo de Apoio ao Esporte DE Campo Grande /MS, encontram-se devidamente fundamentados na legislação aplicável à espécie, mormente em razão da inexistência de diferenças nas Execuções Orçamentária, Financeira e Patrimonial. Os quadros a seguir ilustram a situação:

1- EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

	RECEITAS		
	Anterior	**No período**	**Acumulada**
Estimada	0,00	0,00	0,00
Arrecadada	44.538,81	0,02	0.02
Diferença	**44.538,81**	**0,02**	**0,02**

	DESPESAS		
	Anterior	**No período**	**Acumulada**
Fixada	350.000,00	450.000,00	-450.000,00
Realizada	345.000,00	0,00	0,00
Diferença	**5.000,00**	**450.000,00**	**-450.000,00**

2- EXECUÇÃO FINANCEIRA

ENTRADAS

	Anterior	**No Período**	**Acumulada**
Receita orçamentária	44.538,81	0,02	0,02
Receita Extraorçamentária	300.700,00	0,00	0,00
Saldo Exercício Anterior	0,00	238,81	238,81
TOTAL	**345.238,81**	**238,83**	**238,83**

SAÍDAS

	Anterior	**No Período**	**Acumulada**
Despesa orçamentária	345.000,00	0,00	0,00
Despesa Extraorçamentária	0,00	0,00	0,00
Saldo data Transferência	238,81	238,83	238,83
TOTAL	**345.238,81**	**238,83**	**238,83**

3- EXECUÇÃO PATRIMONIAL

ATIVO

	Saldo balanço Anterior	Aquisições no Período	Alienações no Período	Saldo data Transferência
Bens Móveis	-	-	-	-
Bens Imóveis	-	-	-	-
TOTAL	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

PASSIVO				
	Saldo Balanço Anterior	**Inscrição**	**Baixas**	**Saldo data Transferência**
Dívida Flutuante	-	-	-	-
TOTAL	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

Considerando que o prazo da remessa da documentação é de 20 (vinte) dias contados da efetivação da transferência, realizada em 18/03/2014, a remessa deveria ocorrer até o dia 08/04/2014, porém, os documentos foram remetidos em 30/04/2014, portanto com 22 dias de atraso. Assim, a multa deve ser aplicada no valor de 22 (vinte e duas) UFERMS, conforme dispõe o art. 170, § 1º, inciso I, alínea "a" do Regimento Interno do TC/MS.

Desse modo, tendo como suficientes as razões expedidas pela 5ª ICE, em comunhão com o *r.* parecer do Ministério Público de Contas, e sob o fundamento legal contido no art. 77, inciso II, da Constituição Estadual de Mato Grosso do Sul; c/c art. 35, inciso II e art. 59, I, ambos da lei Complementar 160/2012, profiro **VOTO**:

I- Pela **REGULARIDADE** do Termo de Transferência do Cargo de Diretor-Presidente do Fundo de Apoio ao Esporte de Campo Grande/MS, passado de ***Leila Cardoso Machado*** para seu sucessor ***José Eduardo Amâncio da Mota,*** nos termos do capítulo IV, item 3, B da Instrução Normativa TC/MS nº 035/2011;

II -Pela **APLICAÇÃO DE MULTA** a ***José Eduardo Amâncio da mota,*** inscrito no CPF nº 073.517.801-10, no valor de correspondente a **22 (vinte e duas) UFERMS**, prevista no art. 46 da LC 160/12 c/c art. 170, §1º, inciso I, alínea a do Regimento Interno do TC/MS, pela remessa dos documentos fora do prazo previsto no Capitulo IV, item 3, Alínea *a*, da Instrução

Normativa TC/MS 35/11.

Pela **CONCESSÃO DO PRAZO** de 60 (sessenta) dias para o recolhimento da multa ao FUNTC, nós temos do art. 83 da Lei Complementar 160/2012, comprovando o pagamento, nos termos do art. 77, §4º da Constituição Estadual

São as razões que fundamentam o voto.

Conselheiro Presidente Waldir Neves Barbosa:

Com o relator.

Conselheiro Iran Coelho das Neves:

Com o relator

Conselheira Marisa Joaquina Monteiro Serrano:

Com o relator

Conselheiro Osmar Domingues Jeronymo:

Com o relator

IV- DECISÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, os Conselheiros do Tribunal Pleno do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul, na Sessão Ordinária de nº 24, de 28 de outubro de 2015, em conformidade com a ata de julgamento, por unanimidade de votos ACORDAM pela regularidade do termo de transferência do cargo de Diretor-Presidente do Fundo de Apoio ao Esporte de Campo Grande, passado da Senhora Leila Cardoso Machado para seu sucessor Senhor José Eduardo Amâncio da Mota, nos termos do capítulo IV, item "3", alínea "b" da Instrução Normativa TC/MS nº 035/2011; II) pela aplicação de multa ao Senhor José Eduardo Amâncio da mota, CPF nº 073.517.801-10, no valor de correspondente a 22 (vinte e duas) UFERMS,

prevista no artigo 46 da Lei Complementar Estadual nº 160/2012, combinado com o artigo 170, § 1º, inciso I, alínea "a" do Regimento Interno do TC/MS, pela remessa dos documentos fora do prazo previsto no capítulo IV, item "3", alínea "a" da Instrução Normativa TC/MS nº 035/2011; III) pela concessão do prazo de 60 (sessenta) dias, para o recolhimento da multa ao Fundo Especial de Desenvolvimento, Modernização e Aperfeiçoamento do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul - FUNTC, nos termos do artigo 83 da Lei Complementar Estadual nº 160/2012, comprovando o pagamento, nos termos do artigo 77, § 4º da Constituição Estadual; IV) pela comunicação do resultado aos interessados, nos termos regimentais; DISCUSSÃO: Nesta oportunidade, ninguém fez uso da palavra; DECISÃO: Aprovado, por unanimidade, o relatório e voto do Conselheiro-Relator.

Participaram do julgamento: Excelentíssimos Conselheiros Presidente Waldir Neves Barbosa; Iran Coelho das Neves; Marisa Joaquina Monteiro Serrano; Ronaldo Chadid; Osmar Domingues Jeronymo e o Representante do Ministério Público de Contas, Procurador Geral de Contas, Dr. José Aêdo Camilo.

Publique-se

Intime-se.

Campo Grande, 28 de outubro de 2015.

Ronaldo Chadid
Conselheiro Relator